MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

OBAMA E A AMÉRICA LATINA (2009/2016): ESTAGNAÇÃO OU AVANÇOS?

CRISTINA SOREANU PECEQUILO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)
PPGRI SAN TIAGO DANTAS – UNESP/ UNICAMP/PUC-SP
PEPI UFRJ E PPG CIÊNCIAS SOCIAIS UNESP
PESQUISADORA CNPq E NERINT/UFRGS

CLARISSA NASCIMENTO FORNER
BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)
MESTRANDA PPGRI SAN TIAGO DANTAS – UNESP/ UNICAMP/PUC-SP

RESUMO: As relações entre os Estados Unidos e a América Latina no governo de Barack Obama (2009/2016), dentro do quadro geral da política externa norte-americana no período, apresentaram-se de forma secundária diante de questões mais prementes como as guerras do Iraque e do Afeganistão, a ascensão do Estado Islâmico e a recuperação da crise econômica e social interna. Entretanto, em particular em seu segundo mandato, Obama procurou realizar iniciativas de impacto para a região, focando na normalização do intercâmbio com Cuba, a imigração e o tráfico de drogas, assim como na recuperação de espaço geopolítico e geoeconômico diante da China. Frente a este contexto, este artigo propõe realizar um balanço da Era Obama e apontar perspectivas futuras para o intercâmbio hemisférico, sob a administração Trump.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Estratégia de Segurança Nacional; Política Externa dos Estados Unidos

OBAMA AND LATIN AMERICAN (2009/2016): STAGNATION OR PROGRESS?

ABSTRACT: In the broad framework of American foreign policy in the government of Barack Obama (2009/2016), US and Latin American relations in the period, were secondary in the face of other more urgent issues such as the wars in Iraq and Afghanistan, the rise of the Islamic State and the recovery of the internal economic and social crisis. However, mainly in his second mandate, Obama tried to put forward impact measures for the region, focusing on the normalization of relations with Cuba, immigration and drug trafficking, as well as regaining geopolitical and geoeconomic space in relation to China. In this context, the article proposes to present a balance of the Obama Era and to indicate the prospects of the future hemispheric relation, under the Trump administration.

KEYWORDS: Latin America; National Security Strategy; US Foreign Policy

INTRODUÇÃO

A chegada de Barack Obama ao poder nos Estados Unidos em 2009 como primeiro presidente negro do país foi cercada de inúmeras expectativas internas e externas. Tais expectativas relacionavam-se ao desejo de ruptura com o governo anterior de George W. Bush (2001/2008) e à agenda apresentada pelo então candidato democrata à Casa Branca, que sinalizava que esta ruptura seria possível. A sinalização de apoio ao multilateralismo, o abandono ao unilateralismo e militarismo republicanos, a mudança de postura diante dos aliados (e mesmo dos inimigos), buscando reconstruir a legitimidade e legalidade da liderança norte-americana, o respeito aos direitos humanos eram alguns dos itens associados a esta potencial nova pauta.

Chamava a atenção também a postura diferenciada que se pretendia assumir no âmbito da Guerra Global contra o Terror (GWT) e as guerras em andamento no Afeganistão (2001/2014) e no Iraque (2003/2011). A promessa de encerrar ambos os conflitos, assim como de repensar a GWT, e o reordenamento do poder mundial em um cenário global com tendências multipolares apontavam uma reavaliação geoestratégica do posicionamento norte-americano. Com isso, esperava-se um ajuste interno e externo na projeção de poder estadunidense.

Na América Latina, estas expectativas eram igualmente compartilhadas, esperando-se uma era de cooperação política-econômica mais sustentada, investimentos e um maior reconhecimento da autonomia dos Estados locais. A promessa de reconciliação de Obama com parceiros locais, como, por exemplo, a Venezuela, era percebida com desconfiança, mas ao mesmo tempo, otimismo. Estas impressões pareciam validadas quando, em sua primeira participação na Cúpula das Américas como presidente dos Estados Unidos, Barack Obama abriu o encontro proferindo um discurso acerca das relações Estados Unidos-América Latina.

No pronunciamento, ocorrido em Trindade e Tobago, o presidente democrata sinalizou a intenção de construir uma parceria hemisférica "entre iguais", na qual "(...) não há parceiros sênior e júnior (...) há apenas engajamento alicerçado em respeito mútuo, interesses comuns e valores compartilhados." (OBAMA, 2009, tradução nossa). Desta forma, as relações hemisféricas sairiam

de uma fase de negligência relativa, como a experimentada no governo de George W. Bush (2001/2008), em particular após os atentados de onze de setembro de 2001 e a Guerra Global Contra o Terror (GWT), para iniciar um novo tempo de parcerias.

Entretanto, um exame breve das iniciativas da gestão democrata para a América Latina, em 2016, quando se encerra a administração Obama, aponta um legado misto nas relações hemisféricas. Tal legado pode ser explicado pelas limitações provocadas pela permanência do foco norte-americano nos teatros de conflito euroasiáticos herdados da GWT. Esses últimos fizeram com que as relações com a América Latina fossem postas em segundo plano, pois a região não era uma prioridade no combate ao terrorismo. Contudo, houve repercussões regionais deste combate, como a continuidade dos investimentos na guerra contra as drogas na Colômbia e no México, e a identificação da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai como zona de risco. Desde 2008, o governo W. Bush investiu pesadamente no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM), incluindo a reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul. Todas as iniciativas tiveram continuidade com Obama.

É preciso destacar que, pelo lado latino-americano, igualmente, existiram fatores que influenciaram a agenda hemisférica, como a ascensão e queda dos projetos de autonomia e integração latino-americanos, conduzidos por governos nacionalistas na região, entre 2000 e 2008. Tais fatores, somados à persistência de desconfianças também no âmbito bilateral e à intensificação da presença regional chinesa fizeram com que, nesse momento, os polos hemisféricos continuassem desencontrados.

Do ponto de vista econômico, a perda da competitividade norte-americana frente à ascensão chinesa é revelada pelo relatório “La irrupción de China y su impacto sobre la estructura produtiva y comercial en America Latina y el Caribe” (2017), publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Segundo o documento, em 2011 a China se tornou a maior exportadora e importadora do globo – respondendo por 10,4% das exportações e por 9,5% das importações mundiais, respectivamente. (CEPAL, 2017, p.9). Essas alterações provocaram efeitos diretos sobre a América Latina que, além de importante fornecedora de matérias primas chinesas também se converteu

em um mercado para os produtos da potência asiática, desafiando a primazia dos produtos estadunidenses. No campo político, os principais obstáculos ao incremento das relações regionais advieram da tomada do Congresso dos EUA pela ala conservadora Republicana, a partir de 2014.

Porém, esses elementos não impediram conquistas relevantes, como o reatamento das relações diplomáticas com Cuba, em 2014, e a reaproximação, sobretudo no âmbito de segurança e defesa, com países do Cone Sul, como Brasil e Argentina, devido à mudança política conservadora nestas nações. Os Estados Unidos conseguiram recuperar espaços regionais, diante do esvaziamento de projetos como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Frente a esta agenda, o artigo pretende apresentar um balanço da política externa dos Estados Unidos para a América Latina no período de 2009 a 2016, verificando se houve estagnação ou progresso no âmbito das relações hemisféricas. O texto se encontra dividido em uma apresentação geral da Estratégia de Segurança Nacional de 2010 e 2015 do governo Obama e, segundo, a correlação desta visão às iniciativas para a América Latina. Busca-se compreender o enquadramento latino americano no panorama estratégico da agenda de recuperação da liderança internacional estadunidense. Por fim, serão traçadas perspectivas sobre as relações hemisféricas, já no contexto da gestão do republicano Donald Trump iniciada em Janeiro de 2017.

OBAMA E A POLÍTICA EXTERNA: A ANÁLISE DA DOUTRINA

Quando assumiu o Capitólio, as prioridades de Barack Obama eram a superação da crise econômica e financeira de 2008 e a recuperação da influência norte-americana sobre espaços geopolíticos contestados, dentre os quais se incluía a América Latina, que observara a consolidação da China e de governos nacionalistas na região. Havia uma percepção de que o país se desgastara militarmente e economicamente, ao longo da GWT, de modo que o novo cenário requeria uma pauta de mudança, como a prometida pelo então candidato Obama.

Tais percepções foram traduzidas na publicação da Estratégia e Segurança Nacional de 2010 (THE WHITE HOUSE, 2010), cujo conteúdo fornecia base para o que viria a ser a nova "grande estratégia" de política externa estadunidense: a Doutrina Obama. (PECEQUILO, 2013). A NSS-2010 surge como produto das iniciativas de 2009 da presidência, que culminaram com a concessão do Prêmio Nobel da Paz a Obama naquele ano. Na realidade, 2009 foi caracterizado mais pelas demandas da política interna do que pelas da externa, pois a prioridade era estancar a crise econômica.

Tais iniciativas referem-se à criação de um novo conceito de poder, o "poder inteligente" (*smart power*) pela Casa Branca, desenvolvido pelo acadêmico Nye Jr. O objetivo era fazer um contraponto ao unilateralismo de Bush filho, apresentando uma visão que combinasse os componentes militares e ideológicos da agenda da liderança (respectivamente o poder duro e brando e de cooptação, *hard* e *soft-cooptive*). A pauta de Obama era apresentada como cooperativa, multilateral e que promoveria a reconciliação entre os Estados Unidos e o mundo, além de trazer inovações em termos retóricos pró-democracia. No que se refere à retórica, o ano de 2009 foi marcado por discursos de Obama na África e no Oriente Médio, que se contrapunham à previa agressividade de W. Bush. Com a União Europeia verificou-se movimento similar de reaproximação, após os conflitos que tiveram seu auge em 2002/2003 devido à Guerra do Iraque (2003/2011). Na América Latina foram poucas as ações, consistindo-se mais na reafirmação da parceria.

A NSS-2010 substitui a Doutrina Preventiva Bush de 2002. Em linhas gerais, o mote desse documento encontrava-se calcado no princípio de que o século XXI oferecia uma ampla gama de oportunidades e ameaças à liderança. Esta liderança só poderia ser recuperada a partir do fortalecimento dos pilares domésticos do país. Tratava-se de um esforço de "(...) construir uma fundação sólida para a liderança americana, pois o que acontece dentro de nossas fronteiras determinará nossa força e influência além delas." (THE WHITE HOUSE, 2010, p. 2, tradução nossa)

Além disso, a agenda de segurança nacional não mais poderia se limitar ao combate ao terrorismo; existiam outras temáticas, como meio ambiente, segurança cibernética, segurança doméstica e, principalmente, economia. (THE

WHITE HOUSE, 2010). Outra questão a ser ressaltada era a opção pelo multilateralismo e pelo fortalecimento das instituições. Todavia, a NSS-2010 conserva um dispositivo que faculta aos Estados Unidos a possibilidade de agir unilateralmente, quando considerado necessário. No que tange à América Latina, fica claro, no âmbito retórico, que a região deveria adquirir maior relevância. Como exposto pelo presidente, no discurso citado, o que se propunha era uma "nova forma de engajamento", pautada não mais pela imposição, mas sim pela equidade e pelo respeito às diferenças ideológicas e políticas. (OBAMA, 2009).

Para Ayerbe (2010), o primeiro mandato do governo Obama conservaria traços de continuidade em relação ao governo Bush, no tocante à América Latina. Ou seja, a América Latina não se apresentava como prioridade para a Doutrina Obama. A prioridade era direcionada à Eurásia e ao encerramento da GWT, e aos conflitos do Afeganistão (2001/2014) e do Iraque (2003/2011). Como no caso republicano, a agenda continental democrata envolvia o incentivo à democracia e liberalização econômica e um baixo contingente de recursos.

Um fato importante que a Doutrina Obama traz é a diferenciação entre América do Sul e América Latina, com maior ênfase no primeiro conceito. Em termos geográficos, deve-se lembrar que, para a visão estadunidense, a América Latina incorpora a América Central e a América do Sul como um conjunto. Por sua vez, a ideia de hemisfério engloba, além destas regiões, a América do Norte. Com isso, o que se observa é a separação geopolítica e geoeconômica da América do Sul do todo regional na NSS-2010.

Assim, a América do Sul foi definida como um dos centros de poder emergentes do século XXI. Destaca-se o enaltecimento da liderança brasileira, cuja existência é considerada "bem-vinda" e como uma forma de "(...) superar divisões Norte-Sul anacrônicas para buscar o progresso em pautas bilaterais, hemisféricas e globais." (THE WHITE HOUSE, 2010, p. 44, tradução nossa). Cabe ressaltar que este foco no Brasil, semelhante a outras potências regionais, que compõem o grupo dos emergentes, como Rússia, Índia e China faz parte da necessidade de aprofundar os laços com estas nações, tentando quebrar suas coalizões como os BRICS. Tais nações são definidas na NSS-2010 como "novos

centros" e/ou "esferas de influência" e parceiros preferenciais no estabelecimento de uma nova ordem mundial.

Os programas socioeconômicos de redução das desigualdades adotados pelo Brasil são postos como modelos a serem seguidos. Além disso, o país é valorizado por sua ampla disponibilidade de recursos naturais e ambientais, pela participação em iniciativas de controle de mudanças climáticas e pelo papel desempenhado nas negociações da Rodada Doha, em 2003. É preciso também destacar temas adicionais das relações bilaterais como a questão energética, que envolve a cooperação na área de biocombustíveis (etanol) e a atração do mercado de gás e petróleo brasileiro representado pelo pré-sal.

Os demais países não chegam a ser mencionados individualmente, mas há uma preocupação generalizada com a valorização dos laços históricos hemisféricos e com a promoção da interdependência, sobretudo no âmbito econômico. Mencionam-se conflitos regionais e temáticas mais específicas, como o a imigração, tráfico de drogas e o crime organizado transnacional.

Observando tais questões e as reflexões de Reid (2015) conclui-se que nos períodos iniciais de sua presidência, a postura adotada por Obama em relação à América Latina foi reativa. A reação era uma contraposição às investidas chinesas e a contenção dos governos de esquerda, apesar do reconhecimento ao Brasil. Esse comportamento passa a se alterar no segundo governo Obama (2012-2016). Neste período, ocorre o relançamento da Doutrina Obama, em 2015, a partir da publicação de uma nova estratégia de segurança nacional (THE WHITE HOUSE, 2015).

Comparado ao contexto de lançamento da NSS-2010, pode-se dizer que o momento de divulgação do segundo plano estratégico é marcado por um cenário ambíguo: apesar das conquistas na recuperação econômica, prevaleciam as instabilidades no Oriente Médio com o avanço do Estado Islâmico, a crise dos refugiados gerada por este avanço, o prolongamento da Guerra na Síria, dentre outros fatores, que minavam a credibilidade da gestão democrata. Existia, portanto, uma realidade de expectativas razoavelmente mais baixas em relação ao caráter transformacional da administração Obama.

Observa-se certa apatia que é reforçada pelo próprio conteúdo do documento que, em muitos sentidos, não propõe grandes mudanças em relação

ao seu antecessor. O que se observou foi “mais do mesmo” e a concentração em temas clássicos e cenários de fácil resolução. Assim como em 2010, o centro gravitacional da proposta de 2015 é a retomada da liderança, pautada pelo fortalecimento do pilar doméstico como veículo da projeção externa. Faz-se relevante ressaltar, nesse caso, que o propósito da liderança internacional não aparece como uma possibilidade condicional, mas sim, como certeza e um elemento consensual no panorama político norte-americano. (THE WHITE HOUSE, 2015)

No campo da segurança, a ainda preponderante atenção destinada ao terrorismo coexiste com a percepção das demais “ameaças”, a saber, ataques cibernéticos, proliferação de armas de destruição em massa, degradação ambiental e estabilidade da economia doméstica. (THE WHITE HOUSE, 2015). Novamente fazendo ecos a 2010, a publicação de 2015 é bastante enfática em relação às limitações do aparato de segurança e defesa estadunidense e à necessidade do compartilhamento multilateral de responsabilidades na mitigação de problemáticas internacionais conjuntas. Por outro lado, a prerrogativa da atuação unilateral se conserva.

A NSS-2015 parte do princípio de que, tanto o ímpeto pela recuperação da liderança, quanto os obstáculos a ela impostos permanecem e, nas palavras do documento, seu enfrentamento depende de “paciência e persistência”. (THE WHITE HOUSE, 2015) Nesse sentido, enquanto “mudança” e “liderança” figuravam como a “ordem do dia” de 2010, em 2015 o conceito adotado pela administração Obama é o de “paciência estratégica”. Se, por um lado, a abordagem estratégica mais ampla não insere novidades à Doutrina Obama, o contexto latino americano, nesse período, mostra-se consideravelmente diferenciado em relação a 2010.

Segundo Reid (2015), desdobramentos recentes parecem abrir oportunidades relevantes para a reinserção norte-americana na região. Dentre eles, destacam-se, sobretudo, o arrefecimento do *boom* dos *commodities*, motivado pela queda das exportações para a China, e a perda de apoio dos governos nacionalistas, os quais têm sido substituídos por partidos de orientação mais neoliberal e pró-estadunidense. A publicação da NSS 2015 coincidiu com o reatamento das relações diplomáticas com Cuba, o que, em alguma medida,

contribuiu para, juntamente com os demais fatores, enfraquecer as iniciativas de autonomia e integração regional.

No documento estratégico, isso se reflete no tratamento mais específico concedido aos países da região. Embora sejam mantidas as linhas gerais sobre a preservação da democracia e interdependência, há menção particular, por exemplo, a países como Chile, Peru e México, dada à sua participação nas negociações da Parceria Transpacífica (TPP), iniciadas em 2011.

Da mesma forma, parte das preocupações é direcionada para a crescente violência em países da América Central - o que também conserva relações com o aumento dos fluxos migratórios dessa região para os Estados Unidos- bem como para o caso colombiano. A Colômbia, por sua vez, é considerada como um dos "países-chave" para a difusão da paz e segurança no contexto internacional (THE WHITE HOUSE, 2015), algo reforçado pelas negociações, recém concluídas, do acordo de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Enquanto isso, no outro extremo, Venezuela e Equador aparecem como Estados em que a democracia se encontraria "em risco". (THE WHITE HOUSE, 2015)

Há, no documento, um tratamento especial à questão cubana, que, em larga medida, tornou-se uma das prioridades estadunidenses no âmbito hemisférico. O que chama a atenção é a perda de expressividade brasileira, que saiu do destaque de "liderança regional", concedido pela NSS de 2010, e ganhou apenas algumas poucas linhas sobre a importância dos programas sociais e a expansão da classe média. Tal alteração reflete a perda de projeção internacional do Brasil e as instabilidades econômicas e políticas internas que culminaram no afastamento e *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Cumpre observar, portanto, como tais princípios foram aplicados no campo prático, a partir da análise das iniciativas adotadas pelo governo Obama na América Latina, de 2009 a 2016.

AS RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA (2009/2016)

Como pode ser percebido pela análise da agenda geral da presidência Obama, o lugar da América Latina permaneceu secundário. Esta realidade foi

marcante no primeiro mandato democrata, de 2009 a 2012, quando a crise econômica e as demandas do Iraque e do Afeganistão ocuparam a quase totalidade da agenda. Entretanto, o governo tentou passar uma impressão diferente e alternou táticas de aproximação e distanciamento com a região, visando a manutenção dos objetivos da liderança estadunidense no hemisfério: a preservação da primazia, da estabilidade e governança democrática e a contenção de ameaças intra e extrarregional.

Chama a atenção a continuidade da lógica da Doutrina Monroe (1823), que se refere à reafirmação geopolítica e geoeconômica dos Estados Unidos em sua zona de influência, considerada parte do perímetro de segurança do país (cujo termo comum de referência é "quintal", a despeito de seu fundo pejorativo). Embora, em 2013, o Secretário de Estado John Kerry tenha anunciado o fim da Doutrina Monroe (ação que já havia sido realizada por George H. Bush em 1990), esta realidade territorial, física e ideológica que é sintetizada na Doutrina e impacta a formação de um sistema americano e esfera regional, sob a sombra dos Estados Unidos, não tende a mudar, pois se trata de uma realidade concreta. O que muda no século XXI, e o que tem mudado ao longo do tempo, são as táticas aplicadas ao hemisfério e as ameaças aos interesses norte-americanos, não a natureza do problema.

Como citado, o período de 2009 a 2012 pode ser identificado como de estagnação, mesclada a ações retóricas, uma visão defensiva, a qual se contraporá a fase seguinte, 2013 a 2016, de caráter mais ofensivo. Avaliando esta primeira fase, a mesma se inicia com a posse de Obama e a realização da V Cúpula das Américas em Port of Spain, finalizando com o seu primeiro mandato, a subsequente reeleição e a VI Cúpula da Cartagena (2012). Para os Estados Unidos, este foi um momento de crises externas e ajustes internos, como visto. Em contrapartida, para a América Latina, o contexto ainda apresentava uma dinâmica positiva sustentada nos projetos de integração autônomos, agendas internas de reforma e pela expansão da presença da China, com aumento do comércio e dos investimentos deste país. Esta expansão inicia-se de forma lenta em 2004 com uma primeira rodada de visitas de autoridades às nações locais, alcançando novos patamares em 2008 com o lançamento do *Policy Paper* para a região (CHINA, 2008).

Em termos geopolíticos e geoeconômicos, estes fatores geram uma situação de triangulação estratégica na América Latina entre Estados Unidos, China e Brasil. Enquanto China e Brasil se encontram em fase ascendente, os Estados Unidos mantêm uma ação defensiva que somente começa a mudar em 2011. Esta mudança coincide com a recuperação da economia norte-americana, associada a um recuo brasileiro, derivada do término da presidência Lula (2003/2010) e a transição para a gestão Dilma Rousseff (2011/2016). Embora defendendo a mesma agenda de política externa de seu antecessor com ênfase na Cooperação Sul-Sul (CSS), e pertencendo ao mesmo partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), o governo Dilma caracterizou-se por uma sucessão de crises, e pelo recuo das relações internacionais.

Tanto regional quanto globalmente, o baixo perfil externo da presidência relativizou os esforços prévios de integração política, comercial e de infraestrutura na América Latina, assim como as ações do Brasil em coalizões como os BRICS. Isso permitiu aos Estados Unidos reforçar sua contrarreação hegemônica, iniciada entre 2011/2012. Cabe lembrar que, no âmbito regional, contribuiu também para esta retomada norte-americana a quebra do projeto venezuelano devido à morte de Hugo Chávez, e a desaceleração da economia da China, o que impactou o preço das *commodities*.

Em termos práticos, isso leva a uma subdivisão nesta fase 2009/2012: 2009/2010 e 2011/2012. Na subdivisão inicial, 2009/2010, prevalece o compasso de espera norte-americano, declarações retóricas favoráveis à região e promessas de reconciliação. Como indica Lowenthal (2011), a América Latina foi inserida no mesmo discurso positivo que Obama aplicou a outras regiões, guardadas suas especificidades para os interesses estadunidenses como os riscos de segurança transnacional do tráfico de drogas e da imigração ilegal, mas sem que isso significasse o estabelecimento de novas parcerias concretas, maiores investimentos financeiros ou a apresentação e/ou retomada de arranjos como a criação da zona hemisférica de livre comércio ou tratados bilaterais adicionais.

Prevaleceu a continuidade das iniciativas comerciais, político-militares e estratégicas de W. Bush, sem que fossem, portanto, apresentadas mudanças reais. Na tabela de Síntese das Relações Hemisféricas, esta situação é

facilmente perceptível, uma vez que não se encontram listadas novas propostas. O governo Obama associa a retórica positiva a pressões estratégicas, em particular no campo militar com o USSOUTHCOM, e as guerras contra as drogas na Colômbia e no México, observando-se o agravamento desta última.

Esta situação começa a ser corrigida na segunda subdivisão apontada 2011/2012, que coincide, como indicado, com o recuo brasileiro, a relativização da ação da China e a recuperação dos Estados Unidos. Em 2011, a visita do Presidente Obama ao Brasil parecia sinalizar, logo no início da gestão Rousseff, uma mudança de tom na agenda de política externa, antes focada na CSS, para uma reaproximação bilateral. Obama e Rousseff anunciam a elevação do Diálogo Estratégico à condição de Diálogo Estratégico Global com foco em questões de parceria energética, comercial, infraestrutura (lembrando que em 2014 e 2016 o Brasil era o país sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas). Agendou-se na oportunidade a visita de Estado da Presidente aos Estados Unidos em Outubro de 2013, que foi cancelada devido ao escândalo de espionagem da *National Security Agency* (NSA).

Em 2012 foi realizada a VI Cúpula das Américas em Cartagena, ainda sob o signo dos regimes de orientação nacionalista, mas em um momento no qual seu declínio era latente, com o enfraquecimento de Brasil e Venezuela. Este declínio se consolidaria a partir de 2013, o que favoreceu o reposicionamento norte-americano. Outro fato foi o apoio dos Estados Unidos à Aliança do Pacífico, composta por México, Colômbia, Peru, Chile e Costa Rica, que entrou em vigor em 2012, tratando-a como exemplo de modelo de integração regional ao focar-se em temas comerciais. Este modelo serve de base para as negociações do TPP que englobam questões político-estratégicas de cunho militar para os Estados Unidos (o pivô asiático visando a contenção dos poderes eurasianos Rússia, China e Índia) e a agenda comercial. Seja na Aliança do Pacífico como no caso do TPP, a ideia era oferecer um contraponto ao formato de integração associado às propostas de autonomia e projeção externa dos outros arranjos latino-americanos.

As negociações da TPP foram concluídas em Outubro de 2015 e o tratado entrou em vigor como a "maior área de livre de comércio do mundo" composta por Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru, Estados Unidos, Vietnã,

Chile, Brunei, Cingapura e Nova Zelândia. Um breve exame dos membros indica a sobreposição entre este arranjo e outros já voltados para o Pacífico, vide o caso das nações latino-americanas. Paralelamente, desde 2013 são conduzidas de forma secreta as negociações do acordo bilateral de comércio e investimentos Estados Unidos-União Europeia (o TTIP).

Para a América Latina, os efeitos do TPP podem ser divididos em três: o fechamento de espaços para os países não membros; a relativização do sistema multilateral global de negociações representado pela Organização Mundial de Comércio (OMC), focando em acordos mais frouxos e assimétricos, nos quais os Estados Unidos tornam-se dominantes; e, por fim, pela atração comercialista desta estrutura de integração regional. Igualmente, afetam-se as normas trabalhistas e as relações econômicas.

O TPP foi um dos temas mais abordados na campanha de 2016 para a presidência nos Estados Unidos. Ambos os candidatos, Donald Trump pelo Partido Republicano, e Hillary Clinton do Partido Democrata, oposição e situação, argumentavam que o acordo promoveria uma abertura desregulada da economia e geraria mais desemprego. Recém-empossado, Trump suspendeu as negociações do TPP por meio de uma Ordem Executiva (THE WHITE Houve, 2017) e cancelou a participação norte-americana no acordo, como será visto no próximo item.

A Ordem Executiva é uma prerrogativa presidencial prevista pela Constituição dos Estados Unidos que permite que o Presidente legisle e implemente políticas sem a necessidade de aprovação pelo Congresso (Câmara e Senado). A medida pode ser revertida ou suspensa por ações legais ou legislativas tomadas pela justiça ou pelo Congresso, tendo como base a adequação (ou não) da Ordem à Constituição que a prevê. Paradoxalmente, os riscos trazidos pelo TPP foram ignorados pelos países latino-americanos cujas elites consideraram a proposta como um possível novo modelo de integração comercial mais frouxa, que permitiria a entrada de seus produtos no mercado norte-americano.

Somadas a estas negociações, o governo Obama inaugura a segunda fase das relações hemisféricas 2013/2016. Como pano de fundo desta ofensiva são listadas a recuperação econômica e a pressão crescente sobre os

emergentes, como as tentativas de fortalecer as conversações bilaterais para cooptação, quebra das alianças como os BRICS e acusações de que os emergentes seriam imperialistas. Na América Latina, o foco eram o Brasil e a China, e a busca de retomada de espaços pela gestão Obama, rompendo a triangulação existente no hemisfério, que oferecia riscos à hegemonia devido à ascensão destes poderes intra e extrarregionais respectivamente.

Em 2013, a ação mais significativa e perceptível foi a mencionada declaração do Secretário de Estado John Kerry sobre o fim da Doutrina Monroe, e a ênfase no aspecto cooperativo das relações hemisféricas. Nas palavras de Kerry,

> A era da Doutrina Monroe acabou (...) A relação que buscamos e que estamos trabalhando duro para construir não diz respeito a declarações dos Estados Unidos de como e quando vai intervir nos assuntos de outros Estados Americanos. Tudo deve ser sobre nossos países percebendo uns aos outros como iguais, dividindo responsabilidades, cooperando em questões de segurança e aderindo não a uma Doutrina, mas a decisões que nos fazem parceiros para avançar os valores e interesses que compartilhamos. (KERRY, 2013, s/p)

Esta é uma ação conhecida da diplomacia norte-americana: fortes declarações retóricas sobre temas polêmicos. Porém, o que se observa não é a mudança do conteúdo estratégico de fortalecimento geopolítico e geoeconômico dos Estados Unidos no hemisfério, mas a mudança tática pró-cooperação. Ciclicamente, os norte-americanos realizam esta prática diante destas ameaças internas e externas e propõem projetos políticos e comerciais que não caminham, como foi o caso da construção da zona de livre comércio hemisférica nos anos 1990, simbolizada pelos projetos da Iniciativa das Américas e da Área de Livre Comércio das Américas.

Em 2013, a ausência de recursos financeiros e propostas políticas foi o tom que acompanhou a agenda de Kerry. Na prática, Obama não ofereceu nada de diferente à América Latina ou a parceiros como o Brasil em termos gerais, preferindo focar-se em questões mais simbólicas e ruidosas, que eclodiriam entre 2014/2015. Antes disso, em 2013, é preciso mencionar a crise diplomática com o Brasil de Rousseff, gerada pela espionagem da NSA, com o cancelamento da visita de Estado da presidente ao país. Em 2015, após tratativas diplomáticas realizadas pelo Vice-Presidente Joe Biden, foi agendada uma “visita de trabalho”

para aparar arestas e fechar acordos como os comerciais que abriram o mercado de carne bovina norte-americana (mas sem outras agendas como apoio à candidatura brasileira como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou a isenção dos vistos, conseguindo somente a facilitação do trânsito empresarial com o *global entry*).

Entre 2014/2015 as iniciativas ganham mais densidade com duas importantes ações, de caráter externo e doméstico (questões *intermestics*), que foram as opções da presidência para simbolizar o "fim da Doutrina Monroe": a reforma da lei da imigração e a retomada das relações diplomáticas com Cuba. Embora a primeira temática, a reforma da lei de imigração apareça como quase exclusivamente doméstica, a mesma não o é, uma vez que a legalização de imigrantes e o controle de fronteiras têm implicações nas relações diplomáticas com o México e outras nações. Subjacente a este problema transnacional, encontra-se a dinâmica do tráfico de pessoas, da segurança interna e do combate às drogas. Além disso, faz ponto de contato direto com a comunidade hispânica e seus grupos de interesse. Com isso, trata-se de tema multidimensional na agenda norte-americana, e que esteve presente nas eleições 2016 e nas primeiras medidas da gestão Trump, como se abordará na próxima sessão.

Cuba, a segunda temática, detém dimensões internas, e é simbólica da Guerra Fria (1947/1989) e das práticas intervencionistas dos Estados Unidos na região. Ao retomar estas relações, incluindo as visitas bilaterais e a reabertura de Embaixadas, Obama consolida o processo, mesmo que o embargo econômico vigente desde os anos 1960 permaneça. O país retoma o ponto estratégico para sua política e economia na região do Caribe, pressiona Brasil e China, parceiros tradicionais cubanos e sua inserção neste espaço geopolítico, em particular o Brasil que até mesmo financiou o Porto de Mariel na ilha. Obama "retira" da pauta as críticas ao congelamento das políticas estadunidenses, esvaziando grande parte do discurso mobilizador de esquerda. Em 2015, havia uma ameaça de todos os países latino-americanos de que não compareceriam à VII Cúpula das Américas no Panamá, em Abril de 2015, caso os Estados Unidos não revisassem suas políticas para Cuba, o que foi realizado por Obama.

Obama aproveitou-se de uma situação muito favorável para promover esta retomada, que se deu por meio de negociações secretas realizadas de 2012 a 2014, até o anúncio do reatamento. Tal situação é representada pelo recuo de Brasil e Venezuela no pós-2011 e o enfraquecimento de Cuba, sem seus principais parceiros, mantendo-se apenas a parceria com a China. O vácuo de poder favoreceu aos norte-americanos.

O rápido enfraquecimento dos governos de esquerda latino-americanos ocorreu não só na Venezuela e Brasil, mas se estendeu a outros: Bolívia de Evo Morales, Equador de Rafael Correa, pressionados pela crescente oposição interna, a ascensão do neoliberalismo no Peru, a vitória eleitoral de Maurício Macri na Argentina, e a volta de uma política externa Norte-Sul. Com isso, Obama consolidou iniciativas e passou a encontrar novos aliados para a projeção do poder norte-americano. Se em 2011 Obama visitou Rousseff logo após sua posse, em 2016 o mesmo gesto foi repetido com Macri.

Na Argentina, isso se encontra exemplificado na busca de acordos no campo da segurança estratégica com foco no terrorismo transnacional da Tríplice Fronteira, tráfico de drogas e imigração ilegal (HONORIO e JUNQUEIRA, 2016). Como indicam Honório e Junqueira, ações que implicam uma maior presença norte-americana no Cone Sul, fisicamente e por meio da cooperação em inteligência, em detrimento de arranjos previstos na UNASUL e seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Nesta conjuntura, o processo de retomada e de normalização das relações diplomáticas com Cuba foi bastante rápido, ainda que não tenha conseguido derrubar, até Dezembro de 2016, alguns dos principais pilares da agenda da Guerra Fria, especificamente o embargo econômico. Isso não impediu medidas de facilitação de viagens entre os Estados Unidos e Cuba, de remessa financeira, envio de medicamentos, bens essenciais e não essenciais, que sinalizam, no médio e longo prazo a possibilidade de “rachar” o embargo. Além disso, na Cúpula das Américas do Panamá, em Abril 2015, os Presidentes Obama e Raul Castro selaram em definitivo a aproximação. Como mencionado, observou-se a reabertura das Embaixadas em Washington e Havana. A visita do Presidente Obama a Cuba foi um marco deste processo de abertura.

Pouco antes de finalizar seu mandato, Obama decretou algumas mudanças importantes na política de imigração e refugiados com relação a Cuba, que se encontravam vigentes (MARTINEZ, 2015). Desde os anos 1960, o Cuban Adjustment Act definia que os imigrantes cubanos deveriam ser tratados como exilados ou refugiados, o que lhes garantia status especial e mais favorável para entrada nos Estados Unidos.

Posteriormente em 1995, houve um ajuste nesta política, devido ao excesso de fluxos migratórios para os Estados Unidos, o Cuban Migration Act que instituía a "política dos pés secos, pés molhados", como ficou conhecida popularmente a legislação. Segundo esta política, cidadãos cubanos que conseguissem chegar à terra firme nos Estados Unidos ("pés secos") permaneceriam no país, mantidas as condições especiais previstas no ato anterior. Por outro lado, os que estivessem ainda no mar, e que não conseguissem atingir o litoral, seriam devolvidos a Cuba (pés molhados). Esta prática, porém, foi extinta em Janeiro de 2017 por Obama e a política migratória tem sido um dos focos das primeiras medidas do governo Trump, já atingindo a questão cubana.

Seja na sua criação, implementação e revogação, a política "pés secos, pés molhados" sempre foi motivo de controvérsia por sua diferenciação de cidadãos cubanos, assim como outras políticas relativas a Cuba nos campos social, político e econômico. Não cabe aqui detalhar estas questões, mas pode-se levantar a hipótese de que a suspensão desta política na gestão Obama resulta do próprio processo de normalização. Afinal, se há uma retomada de relações diplomáticas que tem como pressuposto a normalização do trânsito de pessoas, ajustes e maior abertura no governo cubano não haveria mais motivo para que os Estados Unidos tratassem Cuba e seus potenciais imigrantes com *status* especial.

Desse modo, o relacionamento torna-se similar a dos norte-americanos com outros países. Outra hipótese levantada é que a medida visaria favorecer às pressões dos cidadãos cubanos sobre seu governo, para facilitação de viagens, maior abertura e aceleração das reformas sociais e econômicas. Tratam-se, contudo, de hipóteses e que precisam ser analisadas nos próximos meses e sob um novo governo nos Estados Unidos,

O “fim da Doutrina Monroe” de Kerry significou mais, e não menos presença, pois representa apenas uma reafirmação da liderança a partir de novos termos. Com isso, as iniciativas de Obama na segunda fase de seu governo para o hemisfério foram capazes de recuperar parcialmente o espaço perdido para a China, beneficiando-se do recuo brasileiro e dos governos de agenda autonomista. Em síntese, o balanço de Obama divide-se entre a estagnação e poucos avanços, sendo que estes últimos visam à retomada da projeção norte-americana em seu hemisfério. Cabe avaliar qual a agenda e as perspectivas que a nova gestão republicana de Donald Trump trazem à América Latina.

O PLEITO PRESIDENCIAL E A GESTÃO DONALD TRUMP (2016/2017): AGENDA E PERSPECTIVAS

A posse de Donald Trump na Casa Branca em Janeiro de 2017 trouxe um ponto de inflexão ao conjunto da política interna e externa norte-americana. Tal inflexão reflete a trajetória da campanha eleitoral e da pauta apresentada por Trump, e sua adversária Hillary Clinton, do Partido Democrata, e que sinaliza a possibilidade de mudanças nas ações da hegemonia. Em linhas gerais, o que isso significa para a América Latina?

Durante a campanha eleitoral, o tema “América Latina” surgiu de forma fragmentada na agenda dos candidatos majoritários, Trump e Clinton, focando em questões e temas específicos. Este é um processo tradicional nas eleições norte-americanas (PECEQUILO, 2013), uma vez que as pautas tendem a voltar-se mais a temas domésticos e a problemas específicos que preocupam o eleitorado (também com prevalência da dimensão “interméstica”). Assim, não houve uma real diferenciação neste campo em termos de conteúdo de políticas para o hemisfério, mantendo-se as questões mais polêmicas no centro debate: imigração ilegal, tráfico de drogas e comércio. Houve, entretanto, uma diferenciação de intensidade retórica e gravidade de acusações, em particular do então candidato Trump, que se estendeu da América Latina ao mundo.

O republicano baseou sua campanha no oposto da pauta Obama, com um estilo agressivo e sustentado na violência verbal constante (THUDIUM e ALVES, 2017). No campo comercial, o tema do "Compre Americano, Empregue Americanos" (*Buy American, Hire American*) ganhou destaque, contestando relações comerciais como o TPP, o TTIP, Acordo de Livre Comércio Estados Unidos, Canadá, México (NAFTA) e o intercâmbio bilateral com a China. Tais relações foram definidas como desiguais e prejudiciais aos norte-americanos, por promoverem a abertura norte-americana e pela ausência de reciprocidade. China e México, no caso, foram definidos como os principais "inimigos" da economia do país, por "roubarem" empresas e empregos norte-americanos. Meses depois, porém, Trump recebeu o presidente chinês Xi Jinping em um *resort* de Mar a Lago, na Flórida, no qual os líderes firmaram acordos bilaterais comerciais e conversações sobre os avanços nos testes nucleares coreanos.

O México, por sua vez, foi apresentado como o problema mais latente dos Estados Unidos no que se refere à segurança das fronteiras, devido à imigração ilegal, ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Desde a campanha, a promessa de construção do muro entre os dois países, que seria financiado pelo México, como forma de proteger os interesses nacionais dos Estados Unidos tornou-se simbólica da candidatura Trump e da "força" contra os inimigos do país. Dentre estes inimigos igualmente se incluem os terroristas e os fundamentalistas islâmicos, e quaisquer nações ou grupo que se interponha aos norte-americanos.

Em termos internos, a pauta também abordou a questão da violência gerada pelos ilegais e gangues, estendendo-se ao conservadorismo social (até para agradar a base republicana, de uma forma geral). Outros temas centrais foram o fim do sistema de saúde universal implementado por Obama (o *Obamacare*) – que permanece vigente, sem um substituto consensual no Congresso -, a recuperação da economia, geração de empregos, corte de impostos, e um discurso anti-globalização e protecionista.

Todas estas promessas sinalizam mais para uma agenda unilateral e nacionalista, do que necessariamente isolacionista, sintetizada no slogan da "América Primeiro" (*America First*). Além disso, uma agenda na qual sempre o problema era "o outro", e não os Estados Unidos. A vitória na eleição foi

percebida como uma justificativa clara para implementar esta agenda, ainda que mais uma vez tenha existido a disparidade entre o voto popular- no qual Clinton saiu vitoriosa- e o voto do Colégio Eleitoral, que garantiu a chegada de Trump à Casa Branca.

Como se pode perceber, nos primeiros atos da presidência Trump a América Latina surgiu de forma incidental relacionada mais aos problemas da imigração ilegal, assimetrias comerciais e associada ao México. Em junho de 2017, o presidente anunciou unilateralmente a revisão do acordo estabelecido com Cuba, bem como um reforço ao embargo comercial sobre a ilha. No entanto, como em outros campos, o efeito da declaração se restringiu essencialmente à retórica, na medida em que pilares centrais da normalização das relações se conservam, como a manutenção de embaixadas e a questão migratória. O conjunto do hemisfério e demais países específicos como o Brasil, mantêm-se inseridos na visão da "América Primeiro", mas sem que existam medidas específicas. Como resultado das ações de Trump, o presidente do México cancelou a visita de Estado prevista, e diversos protestos nos Estados Unidos e no mundo foram realizados.

Para uma parte dos países latino-americanos que iniciara no biênio 2015/2016 um processo de realinhamento de sua política externa aos Estados Unidos, a eleição de Trump, e os primeiros atos de seu governo, indicam um cenário preocupante que talvez force algum tipo de ajuste. Contudo, dificilmente estes países demonstrarão, no curto prazo - até por conta de suas crises social, política e econômica - uma política de plena autonomia (ou choque) diante dos norte-americanos, como houve na primeira década do século XXI. Prevalece, portanto, um cenário favorável aos Estados Unidos, mantendo sua projeção em seu hemisfério na transição da Era Obama à gestão Trump.

Síntese: As Relações Hemisféricas (2009/2017)

Os Projetos	A Agenda	Resultados/Estágio
Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)	Área de Livre Comércio-Cooperação Econômica Acordos Complementares- Ambiental e Trabalhista (*Side Agreements*)	Em Andamento (1994)

Iniciativa Andina Contra as Drogas (Plano Colômbia)	Guerra Contra as Drogas- cooperação militar (envio de tropas e utilização de bases) Fumigação das Plantações de Cocaína	Em Andamento (2000)
Acordo de Livre Comércio da América Central (CAFTA/DR)	Área de Livre Comércio	Em andamento (2008)
Acordo de Livre Comércio EUA-Chile	Tratado bilateral de livre comércio	Em andamento (2004)
Diálogo Estratégico Brasil-EUA	Formalização parceria estratégica Brasil-EUA	Diálogo Estratégico Global (2011)
Acordo de Livre Comércio EUA Peru	Tratado bilateral de livre comércio- cooperação econômica	Em andamento (2009)
Acordo de Livre Comércio EUA-Colômbia	Tratado bilateral de livre comércio- cooperação econômica	Em andamento (2012)
Acordo de Livre Comércio EUA-Panamá	Tratado bilateral de livre comércio- cooperação econômica	Em andamento (2011)
Reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul e Ampliação dos Investimentos no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM)	Patrulhamento e Monitoramento do Atlântico Sul e da Tríplice Fronteira Reposicionamento Estratégico	Em andamento (2008)
Iniciativa Mérida	Guerra Contra as Drogas- Fronteira EUA-México Segurança Fronteiriça contra a Imigração Ilegal Cooperação Bilateral EUA-México	Em andamento (2008)
Lei de Imigração	Proposta de reforma doméstica da Lei de Imigração com legalização de imigrantes ilegais e facilitação para a obtenção vistos Questão *intermestics*- grupos de interesse internos e afeta as relações hemisféricas	Em andamento com ajustes, parcialmente suspensa por Trump (2017)
Relações Bilaterais EUA-Cuba	Retomada e normalização das relações diplomáticas bilaterais entre os EUA e Cuba Revisão da política migratória Questão *intermestics*- grupos de interesse internos e afeta as relações hemisféricas	Em andamento com ajustes, parcialmente suspensa por Trump (2017)
Parceria Transpacífica (*Transpacific Partnership*)	Tratado de livre comércio abrangente entre países pertencentes às regiões	Entrada em Vigor 2015, Ratificação

	da Oceânia, Sudeste Asiático e Hemisfério Americano	em Andamento em 2016 e Revogado a partir de Janeiro 2017
Relações Bilaterais EUA-México	Repressão à imigração ilegal em cidades santuário nos EUA Construção do Muro na Fronteira EUA-México Revisão do NAFTA e da taxação sobre produtos mexicanos importados pelos EUA	Janeiro 2017

Fonte: Elaborado e atualizado pela autora a partir de PECEQUILO e CARMO, 2015 e KASSAB e ROSEN, 2016

CONCLUSÃO

Avaliando a trajetória da administração Obama pode-se perceber que ambas as tendências, de estagnação e avanços, conviveram no período de 2009 a 2016. No geral, a presidência democrata foi bem-sucedida na região a baixos custos para os Estados Unidos, cujo foco permanece a Eurásia e não a América Latina. Apesar disso, problemas crônicos na agenda de imigração e de tráfico de drogas permaneceram. Tais problemas foram temas instrumentalizados de forma eficiente pelo então candidato republicano Donald Trump, permitindo seu desempenho no Colégio Eleitoral.

Nos meses iniciais de presidência, as investidas do republicano em relação à América Latina permaneceram restritas ao âmbito retórico, sem evidenciar uma estratégia clara para a região. Esse padrão oscilante, por sua vez, se repete em outras temáticas e outras regiões, como na relação com a China. Considerando a estrutura das relações hemisféricas, marcada por avanços e recuos, mas também pela constante reafirmação da liderança estadunidense, como buscamos evidenciar, é razoável supor que a região conservará sua relevância no cálculo geoestratégico do país. E as ações de Trump nessa e em outras zonas de influência determinarão, em alguma medida, o papel desempenhado pelos EUA no sistema internacional, nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

AYERBE, Luís Fernando. Ejes estratégicos de la política exterior para América Latina y el Caribe en los gobiernos de George W. Bush y Barack Obama. *Clío America***.** Vol. 4, n.7, p. 9-35, jan-jun. 2010

CHINA. *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. 2008. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2008-11/05/content_1140347.htm, Acessado em: 08 de Agosto de 2014.

CEPAL. La irrupción de China y su impacto sobre la estructura productiva y comercial en América Latina y el Caribe. Feb, 2017. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/41021-la-irrupcion-china-su-impacto-la-estructura-productiva-comercial-america-latina> Acessado em: 31 jul. 2017.

DOMINGUEZ, Jorge I. and COVARRUBIAS, Ana. *Routledge Handbook of Latin America in the world*. London: Routledge. 2015

GALLAGHER, Kevin P. and PORCEZANSKI, Roberto. *The dragon in the room*. Stanford: Stanford University. 2010.

HONORIO, Karen e JUNQUEIRA, Cairo. Novo ciclo político na América do Sul impacta a segurança regional. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/novo-ciclo-politico-na-america-do-sul-impacta-a-seguranca-regional. Acessado em 31 ago. 2016

KASSAB, Hanna S. and ROSEN, Jonathan D (ed). *The Obama doctrine in the Americas*. London: Lexington Books. 2016

KERRY, John. "Remarks on US Policy in the Western Hemisphere". November 18, 1993. Disponível em: http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/11/217680.htm. Acessado em 09 de junho. 2016.

LOWENTHAL, Abraham F., PICCONE, Theodore J. and WHITEHEAD, Laurence (eds). *Shifting the balance- Obama and the Americas*. Washington: Brookings Institution. 2011

LOWENTHAL, Abraham F. The Obama administration and the Americas. In LOWENTHAL, Abraham F., PICCONE, Theodore J. and WHITEHEAD, Laurence (eds). *Shifting the balance- Obama and the Americas*. Washington: Brookings Institution. 2011. (LOWENTHALPICCONE, 2011Chapter1posição 52, 2%)

MARTINEZ, Alfredo Juan Guevara. *O Processo Decisório do Cuban Adjustment Act: Variações de contexto e manutenção da lei (1966 a 2014)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2015.

MILAN, Marcelo. A restauração oligárquica e retomada neoliberal plena: um ensaio
sobre as origens das crises gêmeas e do golpe de Estado de 2016 no Brasil. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, vol. 5, n.9, Jan/Jun 2016, p. 76-119. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/66485/38999>. Acessado em 28 Jan 2017.

OBAMA, Barack. Remarks by the president at the Summit of the Americas Summit
Opening Ceremony**.** Trinidad and Tobago, 2009. Disponível em: < https://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-president-summit-americas-opening-ceremony>. Acessado em: 31 ago. 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos e o Século XXI*. Rio de Janeiro:
Ed. Elsevier. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: O Brasil, os Estados Unidos e a China. *Revista Carta Internacional***.** vol 8, n. 2, p.100-15, jul-dez, 2013

PECEQUILO, Cristina Soreanu e CARMO, Corival Alves do. *O Brasil e a América do Sul relações regionais e globais*. Rio de Janeiro: Ed. Altabooks. 2015.

PECEQUILO, Cristina. Por Que Trump?. *Revista Princípios*. Disponível em:<http://revistaprincipios.com.br/n/index.php/component/ k2/item/508-por-que-trump>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

REID, Michael. Obama and the Latin America: A promising day in the neighborhood.
*Foreign Affairs***.** Vol 94, n. 5, p. 45-53. set-out, 2015

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy. Washington, 2010**.** Disponível em:
<http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>.Acessado em: 10 de junho de 2013.

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy. Washington, 2015**.** Disponível em:<http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf>. Acessado em 12 de fevereiro de 2015

THE WHITE HOUSEa. The inaugural address- Remarks of Presidente Donald J. Trump as prepared for delivery. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/inaugural-address>. Acessado em: 21 de janeiro de 2017.

THE WHITE HOUSEb. Presidential Memorandum Regarding withdrawal of the States from the Trans-Pacific Partnership Negotiations and Agreement. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/01/23/presidential-memorandum-regarding-withdrawal-united-states-trans-pacific>. Acessado em 24 de janeiro de 2017.

THE WHITE HOUSEc. Executive Order: Border Security and Immigration Enforcement Improvements. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/01/25/executive-order-border-security-and-immigration-enforcement-improvements.> Acessado em 26 de janeiro de 2017.

THE WHITE HOUSEd. Executive Order Minimizing the Economic Burden of the

Patient Protection and Affordable Care Act Pending Repeal. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/01/2/executive-order-minimizing-economic-burden-patient-protection-and>. Acessado em 26 de janeiro de 2017.

THE WHITE HOUSEe. Executive Order Expediting Environmental Reviews and Approvals For High Priority Infrastructure Projects. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/01/24/executive-order-expediting-environmental-reviews-and-approvals-high>. Acessado em 01 de fevereiro de 2017.

THE WHITE HOUSEf. Executive Order: Enhancing Public Safety in the Interior of the United States. Disponível: < https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/01/25/presidential-executive-order-enhancing-public-safety-interior-united>. Acessado em 27 de janeiro de 2017.

THE WHITE HOUSEg. Executive Order: Enhancing Public Safety in the Interior of the United States. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/01/25/presidential-executive-order-enhancing-public-safety-interior-united.>. Acessado em 27 de janeiro de 2017.

THUDIUM, Guilherme e ALVES, João Paulo. A Ascensão de Donald Trump: perspectivas para a política externa e de segurança dos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/02/Boletim-de-Conjuntura-NERINT-Vol-1-N-4.pdf.> Acessado em 05 de fevereiro de 2017. p. 7-17

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A projeção internacional do Brasil 1930-2012*. Rio de [Janeiro: Ed. Elsevier. 2013.

Recebido em 07 de Fevereiro de 2017.
Aprovado em 18 de Agosto de 2017.